SinproRio 2025
PELO FUTURO DAS INFÂNCIAS DA TERRA: EDUCAÇÃO, AMAZÔNIA E JUSTIÇA CLIMÁTICA

MARIA MARTA DE ANDRADE CERQUEIRA[1]

Não existe infância saudável em terra doente.
Não há amanhã possível onde o hoje é entregue ao desmatamento,
à grilagem e ao veneno.

A aprovação do PL 364/19, conhecido como PL da Devastação, representa um retrocesso ambiental e social sem precedentes. Esse projeto ameaça biomas inteiros, legaliza crimes ambientais, favorece a grilagem de terras e amplia o uso de agrotóxicos. Mas, para além das florestas derrubadas e dos rios contaminados, esse projeto impacta diretamente o futuro das infâncias brasileiras — especialmente aquelas que vivem em territórios vulnerabilizados.

Ao mesmo tempo, o Brasil se prepara para sediar a COP30, em Belém do Pará, em 2025. A conferência climática mais importante do planeta coloca a Amazônia no centro das atenções globais, trazendo consigo temas urgentes, como justiça climática, preservação da biodiversidade, energias renováveis e adaptação às mudanças climáticas. É também uma oportunidade de escancarar que não há justiça climática sem justiça social — e não há justiça social sem educação pública e de qualidade.

[1]Diretora do Sinpro-Rio

Educação e crise climática: o papel das infâncias

Como professora e sindicalista, atuando na base do sistema educacional — da creche ao Ensino Fundamental — afirmo: a crise ambiental não é apenas uma pauta dos ecologistas ou dos governos. Ela é um desafio pedagógico, ético e social. Lidar com essa crise exige um novo olhar para as infâncias, reconhecendo-as como sujeitos políticos e ecológicos, capazes de interpretar e transformar o mundo à sua volta.

Léa Tiriba (2021) afirma que estamos vivendo um "colapso civilizatório", que exige pensar a infância de modo radicalmente diferente. Para ela, é urgente "um deslocamento ético e epistemológico que nos faça descolonizar os corpos, os territórios e os saberes, e nos permita reaprender com a Terra como viver de forma justa e generosa com todos os seres." (TIRIBA, 2021, p. 34)

As crianças, em seus questionamentos, gestos e vivências, expressam desejos de contato com o mundo natural — e, muitas vezes, de forma silenciosa ou espontânea, denunciam o que a sociedade adulta insiste em naturalizar: o distanciamento da natureza e a degradação do planeta.

Somos natureza — e esquecemos disso!

A escola precisa ser espaço onde esse pertencimento seja cultivado. Não basta falar de árvores, de animais ou pesquisar em livros didáticos, enquanto nos deparamos com pátios de cimento, crianças confinadas por mais de quatro horas em salas de referência, janelas sempre fechadas e corpos cada vez mais domesticados. É preciso viver na inteireza, nas experiências cotidianas. Precisamos de escolas que, no cotidiano, vivam o sentir com e na natureza. Que estejam no mundo de corpo e alma. Que possibilitem às crianças experienciar para além dos muros da escola e das salas de referências.

Não podemos continuar ensinando como se o mundo não estivesse em colapso. É preciso incluir, nas práticas cotidianas, uma educação ambiental viva, crítica e enraizada, que se constrói nos pequenos gestos: no cultivo de um jardim, no plantio da horta, nas rodas de conversa sob uma árvore, na escuta, nas brincadeiras com as águas da chuva, no toque na terra ou no barro, nas experiências no tanque de areia, entre outros.

Ailton Krenak (2019) nos lembra que adiar o fim do mundo depende de uma mudança profunda na forma como habitamos o planeta — e a escola pode ser sementeira desses outros modos de vida.

E, sendo sementeira, a escola precisa valorizar as diferentes culturas, reconhecer a ancestralidade, escutar os povos originários e aprender com eles a forma como enxergam e vivem em harmonia com a Mãe Natureza.

Esses saberes milenares — muitas vezes invisibilizados no currículo escolar — nos ensinam que a Terra não é um recurso, mas um ser vivo, com quem nos relacionamos em reciprocidade. A escola, nesse sentido, precisa se apropriar de seu território, compreendendo-o como parte viva do currículo, em diálogo com as comunidades ao redor e com as culturas que nelas habitam.

É preciso valorizar especialmente a cosmovisão indígena e afro-brasileira, que nos convida a viver com o tempo da natureza, a respeitar os ciclos da vida, a ouvir os ventos, os rios, as árvores. Como nos lembra Nêgo Bispo, "a terra dá, a terra quer". Essa pedagogia do pertencimento exige que a escola descolonize seus saberes, suas práticas e seus espaços, abrindo-se para uma educação verdadeiramente ecológica, antirracista e enraizada.

Natureza, território e o direito de brincar ao ar livre

Precisamos reconhecer a presença da natureza nos espaços urbanos, nos becos, morros, quintais e praças onde vivem nossas crianças. O direito de estar ao ar livre, de brincar com o vento, com a água, com a terra, é direito à vida.

Estudos como os de Richard Louv alertam para o chamado "déficit de natureza": os impactos físicos e emocionais do distanciamento das crianças dos ambientes naturais, que incluem o aumento da ansiedade, o sedentarismo e a perda de vínculos com o planeta.

Urge repensar nossas pedagogias para que estejam à altura dos tempos que vivemos. A educação infantil não pode continuar aparta-

da da realidade ecológica. As práticas educativas precisam incorporar o território como linguagem, a natureza como currículo vivo e a escuta sensível como método. As creches e pré-escolas devem ser espaços onde a infância floresça em contato com o mundo — e não confinadas em salas fechadas e rotinas engessadas.

Tiriba (2021) defende que a escola infantil deve ser espaço de resgate da alegria de viver, de estar com o outro e com a natureza:

> "É preciso que as pedagogias da educação infantil sejam capazes de devolver às crianças a alegria de viver, de tocar e ser tocadas pelo mundo, de se encantarem com as formas, os cheiros, os ciclos e os mistérios da vida." (TIRIBA, 2021)

Não se trata apenas de defender um tempo de brincadeiras livres, mas de defender o direito de existir em relação com o mundo. Escutar as crianças é também escutar o planeta.

Quando uma criança brinca com a terra, molha os pés numa bacia, observa a formiga no quintal, coleta folhas para fazer um "banquete" com um "cardápio" variado para seus bebês — bonecas —, ela está em diálogo com o mundo à sua volta. São práticas de cuidado e pertencimento que resistem ao colapso.

Defender o direito de brincar ao ar livre é defender o direito à existência em comum. O que as infâncias nos dizem — com o corpo, com a fala, com o silêncio — é que a natureza ainda pulsa. Cabe a nós escutá-las.

Cada criança, seja do campo, de floresta ou da cidade, que viva em território indígena ou tradicional, tem direito a um planeta vivo.

COP30: oportunidade e compromisso

A COP30 precisa ser mais do que um grande evento. Ela deve deixar um legado real para a Amazônia, para o Brasil e para o mundo. Esse legado precisa incluir:

- A valorização da educação básica, desde a creche;
- O fortalecimento das escolas públicas e particulares, com práticas ecológicas e comunitárias;
- O reconhecimento do papel das professoras e professores como agentes de transformação ambiental e social;
- E o apoio aos saberes que emergem dos encontros entre crianças, educadores e territórios.

Defender a Amazônia é também defender a infância, os territórios e a escola. O sindicato que representamos reúne professoras e professores que atuam da creche ao Ensino Superior, em escolas particulares, e que vivem cotidianamente os desafios e as potências de educar na base do sistema educacional. Nossa atuação com as infâncias nos convoca a pensar a crise climática não apenas como uma questão ambiental, mas como um desafio ético, social e educativo.

Porque cuidar do meio ambiente é cuidar da vida — e a vida começa na infância.

Cada infância é raiz de um amanhã.

E não há raiz que cresça em solo morto.

Por isso, convocamos educadores(as), famílias, sindicatos, movimentos sociais e toda a sociedade a se unirem em defesa da Amazônia, das infâncias e da educação como projeto de futuro. A justiça climática começa nos territórios e nos vínculos que cultivamos. É hora de fazer da escola uma aliada na luta por um mundo habitável.

Referências

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOUV, Richard. A Última Criança na Natureza: Resgatando Nossas Crianças do Transtorno do Déficit de Natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). A terra dá, a terra quer: da dádiva à dízima. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

TIRIBA, Léa. Educação Infantil como Direito e Alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. São Paulo: Paz & Terra, 2021.